

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS EM MATO GROSSO

Edmar Augusto Vieira¹

ET CAV/SP/SEPLAN nº 07/2013

A POPULAÇÃO DE MATO GROSSO PODERÁ SE ESTABILIZAR ABAIXO DE 4 MILHÕES DE HABITANTES

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, Mato Grosso foi quarto estado com maior taxa de crescimento na última década. Entre os dois últimos censos a população estadual cresceu 1,94% ao ano, passando de 2,504 milhões para 3,033 milhões de habitantes (dados preliminares). No mesmo período, a população total do País cresceu apenas 1,2% ao ano, de 169,8 milhões para 190,7 milhões de habitantes.

A questão que importa discutir é: o Estado continuará mantendo um ritmo mais forte de crescimento demográfico, ou se aproximará do padrão brasileiro, com tendência à estabilização populacional nos próximos 20 a 30 anos?

Do ponto de vista econômico e social, Mato Grosso tem evoluído em direção aos padrões médios do Brasil, apresentando uma paisagem mais próxima do Sudeste-Sul do que do Norte-Nordeste. Isso pode ser constatado em vários indicadores, como renda *per capita*, IDH, taxa de natalidade e expectativa de vida.

O crescimento mais intenso da população estadual tem se apoiado tanto nas taxas mais elevadas de fecundidade (média de filhos por mulher) quanto nos movimentos migratórios. Ambas os fenômenos estão, porém, perdendo força. Entre 1980 e 1991 a população estadual cresceu impressionantes 5,4% ao ano. De 1991 a 2000 essa taxa diminuiu para 2,4% ao ano.

Um observador que se desse ao trabalho de projetar a população de 2010 com base no ritmo de crescimento de 1980/1991, teria sugerido que, hoje, seríamos 5,5 milhões de habitantes, ou 81% acima do que o Censo de 2010 acaba de medir. E se crescêssemos como entre 1991 e 2000, o IBGE teria encontrado, em 2010, cerca de 3,2 milhões de pessoas.

A tabela 1 mostra que Mato Grosso converge para o padrão nacional em termos demográficos. A proporção de mulheres de 15 anos ou mais com dois filhos ou menos (incluindo as que não têm filhos) aumentou de 45,9% para 62,7%, entre 2001 e 2009. Ou seja, há cada vez menos mulheres dispostas a ter mais de dois filhos. No Brasil, essa evolução foi de 64,8% para 66,9%, indicando um padrão que já foi consolidado há mais tempo (figura 1). A média de filhos por mulher (segundo a Pnad de 2009) foi de 2,15, em Mato Grosso, e 2,0, no Brasil.

Tabela 1 - Proporção de mulheres de 15 anos ou mais com zero a dois filhos e média de filhos por mulher: Mato Grosso e Brasil, 2001 a 2009.

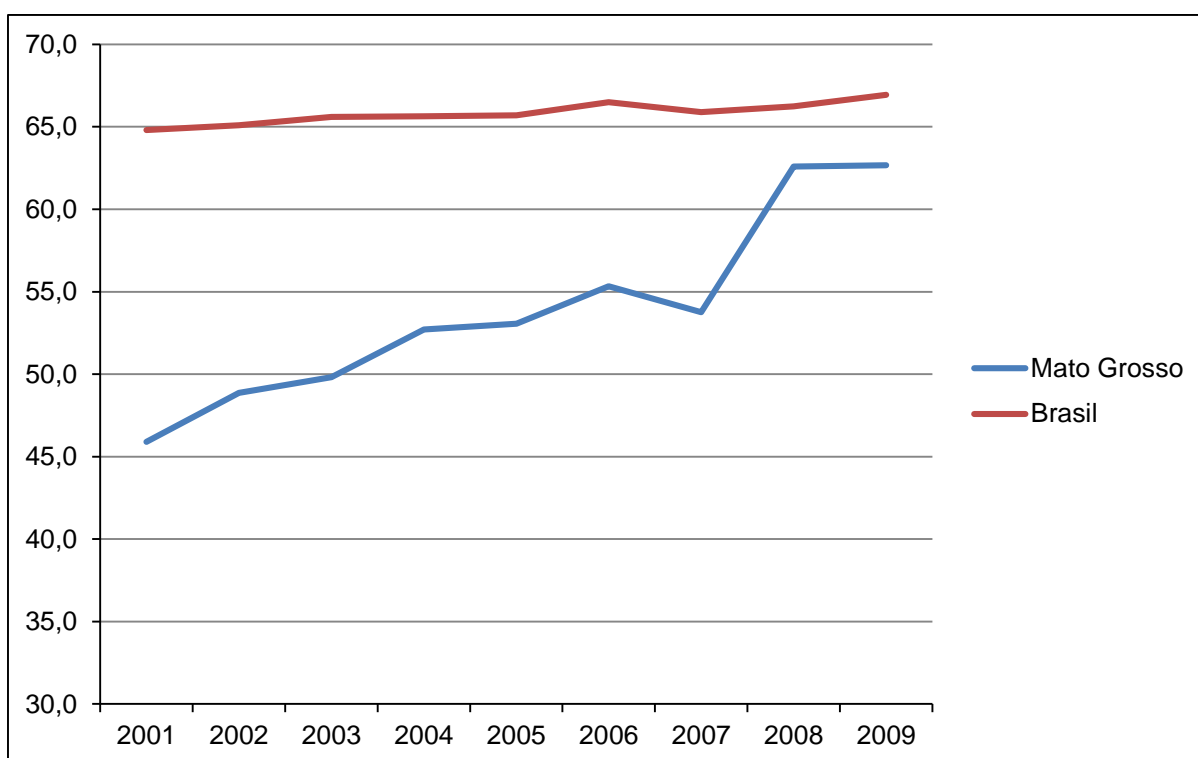
Ano	Mulheres com zero a dois filhos (%)		Filhos por mulher	
	Mato Grosso	Brasil	Mato Grosso	Brasil
2001	45,9	64,8	2,23	2,07
2002	48,9	65,1	2,22	2,05

¹ Mestre em Economia/UFMT e Gestor Governamental (SEPLAN/MT). Email: edmarvieira@seplan.mt.gov.br.

2003	49,8	65,6	2,17	2,03
2004	52,7	65,6	2,18	2,04
2005	53,1	65,7	2,18	2,03
2006	55,3	66,5	2,18	2,00
2007	53,8	65,9	2,29	2,04
2008	62,6	66,2	2,00	2,02
2009	62,7	66,9	2,15	2,00

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da Pnad.

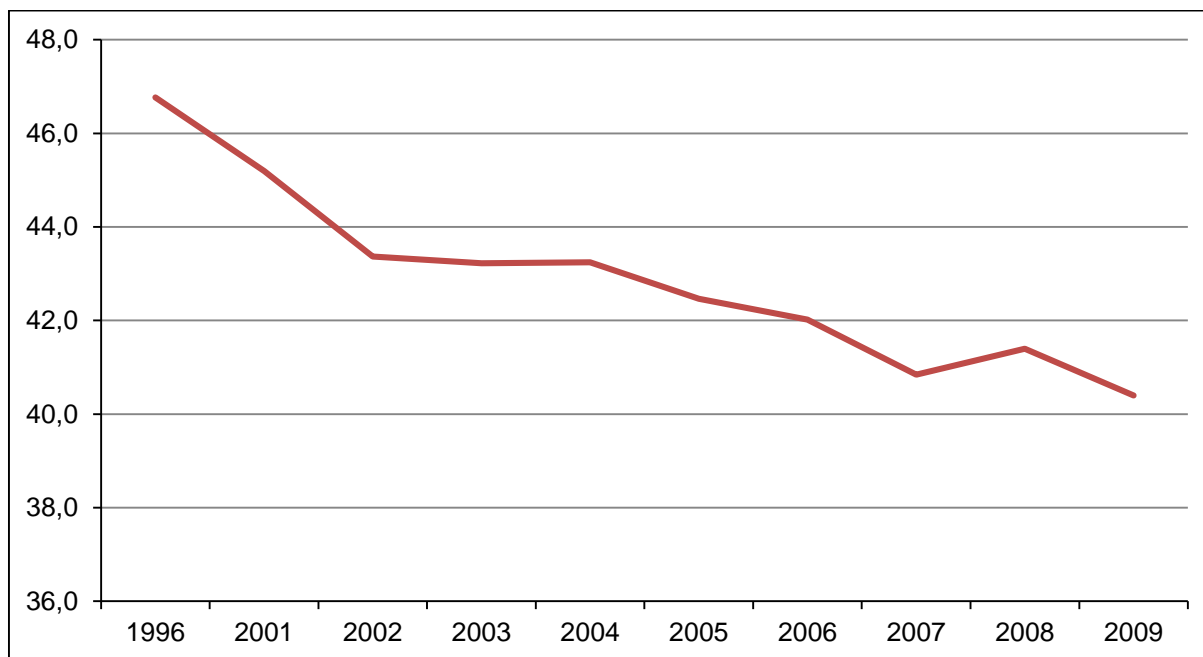
Figura 1 - Proporção de mulheres de 15 anos ou mais com zero a dois filhos: Mato Grosso e Brasil, 2001 a 2009 (%)



Fonte: elaboração própria com base nos microdados da Pnad.

Os movimentos migratórios têm contribuído cada vez menos para a formação da população estadual. Conforme figura 2, em 1996 os nascidos em outras unidades da federação representavam 46,8% da população de Mato Grosso; em 2009 essa participação era de 40,4%. Em termos absolutos, o número de nascidos em outros estados apresentou uma variação positiva de, aproximadamente, 80 mil pessoas na última década, uma média de 8 mil habitantes/ ano. A população proveniente de outros estados cresceu em torno de 0,66% ao ano. Portanto, o crescimento endógeno da população local não deve ter sido superior a 1,26% ao ano, um número bem próximo à média nacional.

Figura 2 - Participação da população nascida em outras Unidades da Federação na composição da população de Mato Grosso, 1996 e 2001 a 2009 (%)



Fonte: elaboração própria com base nos microdados da Pnad

O padrão migratório também apresenta modificações. Enquanto nas décadas de 70 a 90 predominaram os grupos originados do Sul e do Sudeste, em anos mais recentes têm predominado populações originadas do Nordeste e do Norte. Pode-se constatar, pela tabela 2, que as populações originadas do Norte/ Nordeste mantiveram sua participação relativa na última década, ao contrário dos grupos originados das outras regiões, cuja participação relativa é declinante.

Tabela 2 - Participação dos imigrantes na população estadual, segundo as regiões de origem: Mato Grosso, 2001 a 2009 (%)

Origem	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte/Nordeste	10,7	10,2	11,1	9,8	10,3	10,5	10,1	9,9	10,7
Sudeste	10,8	10,5	9,7	9,5	9,2	9,3	9,5	9,2	9,6
Sul	14,4	14,3	14,3	15,5	15,1	14,6	13,7	14,2	12,0
Centro Oeste	9,0	7,9	7,8	8,0	7,6	7,5	7,4	7,9	7,8
Estrangeiros	0,2	0,4	0,2	0,4	0,3	0,1	0,2	0,2	0,3
Total	45,2	43,4	43,1	43,2	42,5	42,0	40,9	41,3	40,4

Fonte: elaboração própria com base na Pnad (microdados)

Voltando à questão que motivou esta nota, o cenário para a população de Mato Grosso parece ser o de convergir para o padrão demográfico do Brasil. Primeiro, porque seus indicadores sociais e econômicos se aproximam daqueles verificados no Sul e no Sudeste, regiões com taxas reduzidas de fecundidade. Segundo, há evidências de que os fluxos migratórios vêm perdendo força, não havendo razões para supor que voltarão a ser mais significativo no futuro. A esse respeito, convém lembrar que as regiões Norte e Nordeste também experimentam taxas significativas de crescimento econômico, além da redução da taxa de fecundidade. A

prosperidade dessas regiões, combinada com menor pressão demográfica interna, contribui para reter a população local. A migração depende de fortes estímulos econômicos, envolvendo fatores atrativos nas regiões receptoras combinados com estagnação e certa pressão demográfica nas regiões fornecedoras de população. Noutras palavras, os movimentos migratórios, no Brasil, tiveram por base profundos desequilíbrios regionais associados com pressões demográficas, fatores que jogarão menor peso no futuro próximo.

Quais as implicações práticas de convergir para o padrão demográfico do Brasil? Segundo o Ipea (Comunicado nº 64), a população Brasileira atingirá um máximo provável de 206,8 milhões em 2030, quando não mais crescerá. Assim, nos próximos 20 anos a população brasileira deverá crescer a uma taxa de 0,41% ao ano (ou 8,4% no acumulado). Se Mato Grosso crescer à mesma taxa, seremos 3,3 milhões de habitantes em 2030. Admitindo que o fluxo migratório continue no mesmo ritmo dos últimos 10 anos (algo pouco provável), podemos esperar uma população de, aproximadamente, 3,7 milhões de pessoas em 2030. A população de Mato Grosso poderá parar de crescer entre 2035 e 2040. E, provavelmente, jamais ultrapassará a barreira dos 4 milhões de habitantes.

Tabela 3 - População e taxa de crescimento populacional, com cenário para 2020 e 2030

Ano	Referência	População	Taxa de crescimento anual (%)
1980	Censo	1.138.691	-
1991	Censo	2.027.231	5,38%
2000	Censo	2.504.353	2,38%
2010	Censo	3.033.991	1,94%
2020	Cenário	3.525.567	1,51%
2030	Cenário	3.794.173	0,74%

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE

As mudanças demográficas terão impactos regionais diferenciados. Alguns municípios poderão simplesmente desaparecer, retrocedendo à condição de vilas rurais (muitos dos atuais já são apenas isso!). Na década de 90, a redução populacional ocorreu em apenas 18 municípios do Estado, os quais perderam 27,2 mil habitantes. Entre 2000 e 2010, 41 municípios do Estado apresentaram declínio populacional. A população total desses municípios encolheu em 46.025 habitantes. Essa tendência deverá se intensificar no contexto de taxas reduzidas de fecundidade. Temas como a divisão do Estado poderão se transformar em simples registro da memória, sem o necessário combustível demográfico numa época cada vez menos permissiva às agressões ambientais em regiões de fronteira. Com um número de nascimentos insuficiente para repor a população, os aumentos populacionais em algumas regiões será a contrapartida de reduções populacionais em outras. Aquelas cidades que apresentam alguma importância regional, dotadas de serviços urbanos que melhor atendam aos seus moradores, poderão evitar o declínio e até prosperar. E, dentre os serviços mais valorizados no futuro, estarão a educação e a saúde.

Para a educação, boas notícias. Em 2030 teremos entre 150 mil a 200 mil crianças de zero a dezessete a menos (em relação a 2010). Esse bônus demográfico, combinado com a regularização do fluxo escolar, vai liberar recursos para priorizar metas de qualidade da educação. Hoje, temos cerca 300 mil crianças e adolescentes em situação de defasagem escolar, sendo 113 mil com idade suficiente para estar fora da educação básica. E ainda teremos o Pré-sal da educação (se o Congresso aprovar).

O fim da “bomba demográfica” vai dar fôlego para o equacionamento dos grandes problemas urbanos, como a habitação, o saneamento, o transporte coletivo, a infra-estrutura viária e a regularização fundiária. No mínimo, podemos esperar que eles deixem de piorar! Cidades como Cuiabá (que cresceu 1,3% ao ano, bem abaixo da média estadual) talvez já estejam com seus perímetros urbanos suficientes para abrigar uma população que poderá se estabilizar nas vizinhanças de 700 mil a 900 mil habitantes. É preciso compatibilizar adensamento populacional e infra-estrutura, de forma a evitar custos desnecessários e a proteger um cinturão verde capaz de assegurar melhor qualidade de vida para a população. Entretanto, será preciso intensificar o uso do solo dentro do perímetro urbano com infra-estrutura estabelecida, combatendo fortemente a especulação fundiária.

Haverá menor pressão sobre o mercado de trabalho em relação à demanda por novas vagas. Com isso, a população jovem poderá obter maiores taxas de ocupação e melhores remunerações no início de suas atividades laborais, sobretudo se mantivermos taxas razoáveis de crescimento econômico (entre 4,5% e 5,5% ao ano). As mulheres ainda constituem um expressivo contingente de “reserva”, de forma que o mercado de trabalho poderá se expandir sem riscos significativos de desequilíbrio. É possível que, nos próximos 20 anos, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina esteja bem próxima à PEA masculina. E a redução do número de filhos contribui para viabilizar esse processo.

Alguns setores vão enfrentar problemas crescentes com mão-de-obra e serão desafiados a ampliar suas fronteiras tecnológicas. O elevado crescimento demográfico foi importante para viabilizar um sem número de atividades de baixa produtividade, no campo ou nas cidades (sobretudo agricultura, construção e serviços urbanos, inclusive serviços domésticos).

No campo da seguridade social, os desafios são crescentes, tanto para as famílias quanto para o poder público. Haverá uma proporção muito maior de idosos, inclusive idosos com idade acima de 80 anos (uma diferenciação entre os idosos e os muito idosos). Isso desafiará os sistemas de previdência, saúde, acessibilidade. Com famílias menores, os idosos dependerão mais de si próprios e de sistemas de proteção estatais. Temos de construir um sistema de previdência mais amigável ao estímulo individual e coletivo à formação de poupança (inclusive por razões macroeconômicas).

O mercado de trabalho deverá se preparar para gerar ocupações para esse segmento, inclusive devido à redução do suprimento de mão-de-obra pela base da pirâmide etária. Os acidentes de trabalho, que ainda são muito elevados, acarretando enormes perdas sociais e econômicas, deverão receber maior atenção. Os idosos também terão participação crescente no mercado consumidor, impondo às empresas novos produtos e novos modelos de negócios. A bola da vez para os negócios é a “nova classe média”. E ela envelhecerá muito rapidamente.

Nossa economia e nossa sociedade terão de se adaptar a uma realidade com participação crescente de mulheres e idosos no mercado de trabalho, no consumo e nas atividades sócio-culturais. Terá de ser uma economia e uma sociedade mais diversificadas, mais fundada no conhecimento e na tecnologia do que na força dos músculos.